

Governo ameaça bloquear verba estadual

O Governo Federal ameaça até bloquear as transferências de recursos tributários da União para obrigar os Estados e municípios pagarem parcela razoável de sua dívida externa, no próximo ano, conforme informação colhida ontem, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. O relator da Comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), informou que a União pode promover o bloqueio das transferências para receber dos Estados e municípios as dívidas expressamente vinculadas à receita tributária nos contratos.

O deputado Virgildálio de Sena (PSDB-BA) confirmou que o Governo Federal pode bloquear as transferências, porém, prefere uma solução negociada com o Legislativo sobre as dívidas dos Estados e municípios. Já os secretários da Fazenda do Rio de Janeiro, Antonio Cláudio Sochaczewisk, e da Bahia, Sergio Gaudenzi, disseram não acreditar que o presidente José Sarney venha a optar por maior confronto ainda com o Congresso Nacional e com os governadores.

Mas o secretário fluminense descartou a hipótese dos governos estaduais retomarem as negociações com o Executivo para facilitar a definição da rolagem da dívida dos Estados e municípios na mon-

tagem do Orçamento Geral da União para o próximo ano. Sochaczewisk disse que não há como negociar, uma vez que o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não aceita cobrar, em 1989, menos de Cz\$ 401,7 bilhões, em valores de junho último, das dívidas dos Estados e municípios.

A ameaça do Governo Federal surtiu efeito parcial no Congresso e o deputado Israel Pinheiro (PFL-MG) afirmou que o PMDB já aceitou o pagamento pelos Estados e municípios de Cz\$ 160 bilhões. Como o Governo Federal insistiu nos Cz\$ 401,7 bilhões, conforme recado de Abreu transmitido pelo deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), o deputado Cesar Maia (PDT-RJ), vice-presidente da Comissão de Orçamento, apresentou uma proposta intermediária de Cz\$ 234 bilhões.

O secretário da Fazenda do Rio disse que o seu Estado só pode pagar os 25% dos serviços da dívida a vencer em 1989, no total de Cz\$ 3,23 bilhões, em valores de junho último, e precisa da rolagem integral dos compromissos acumulados

até o final deste ano, "simplesmente porque não tem condições de pagar mais".

O deputado Eraldo Tinoco explicou que a União está cobrando

Cz\$ 401,7 bilhões, dentro da própria reivindicação dos Estados de pagar o mesmo que o Governo Federal. O secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho, discordou da tese do ministro do Planejamento, exposta pelo parlamentar baiano, ao argumentar que as estatais federais nada pagariam dos serviços da dívida, em 1989, e os cálculos de Abreu "não levam em conta os US\$ 5,2 bilhões de dinheiro novo que os bancos credores aprovaram, no último acordo global de renegociação da dívida brasileira".

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), ainda espera obter uma solução negociada para as dívidas estaduais e municipais até amanhã à noite, quando as emendas específicas em destaque entrarão em votação, no âmbito da comissão. Uma das alternativas menos complexas seria cobrar mesmo 25% dos serviços da dívida a vencer em 1989 e a rolagem plena dos compromissos passados, o que propiciaria receita de Cz\$ 248,8 bilhões à União. Mas o secretário da Fazenda de São Paulo lembrou que foi o próprio Governo Federal que propôs nada cobrar de 17 Estados e acabou por dificultar a solução que implica pagamento por todos de 25% da dívida vincenda.